

BALANÇO POLÍTICO E DESAFIOS DE CONTINUIDADE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Nilde Balcão

Tatiana de Amorim Maranhão

Realização das entrevistas e preparação do seminário

Ana Cláudia Chaves Teixeira

Daniel Renaud Ho

Eder Camargo

Paula Pollini

Pedro Pontual

Agradecemos aos coordenadores do OP em 23 municípios que responderam à entrevista realizada por telefone, em outubro de 2004, e aos 65 participantes do seminário *Repensando o OP IV – Balanço político e desafios de continuidade*, realizado em 27 de novembro de 2004. As questões presentes neste texto foram construídas com a participação de todos eles.

Introdução

Durante a gestão municipal 2001-2004 registramos 40 experiências de orçamento participativo (OP) em desenvolvimento no estado de São Paulo¹. Na gestão anterior, 1997-2000, havíamos registrado 23 experiências². Há alguns anos, temos observado a ampliação das experiências de OP tanto no que diz respeito ao número de municípios, quanto ao volume de pessoas envolvidas. Este texto tem por objetivo apresentar dados sobre os municípios que realizaram o OP na gestão de 2001-2004. Pretendemos ainda apresentar os avanços e dificuldades enfrentadas durante esta gestão destacando os desafios para a conjuntura política de 2005. Para tanto, as discussões estão divididas em dois grandes blocos: “O orçamento participativo no estado de São Paulo” e “Indicações para enfrentar os desafios da nova conjuntura de 2005”.

O texto está baseado em três documentos: no levantamento de experiências realizado em 2002 durante o II Congresso Paulista de Orçamento Participativo, que ocorreu em Araraquara; no levantamento realizado por telefone durante o mês de outubro de 2004; e no relatório do Seminário “Repensando o OP IV”, realizado em novembro de 2004. Trata-se de um registro das questões discutidas durante estes encontros com a intenção de fomentar o debate sobre a avaliação das experiências de orçamento participativo no estado de São Paulo. A análise de alguns temas apresentados ainda está em aberto, portanto, há idéias que expressam posicionamentos contraditórios.

1. O Orçamento Participativo no estado de São Paulo

¹ Pesquisa *Experiência de Orçamentos Participativos – cidades paulistas*, realizada em agosto de 2002.

² Veja publicação *Caderno Pólis 5*, Orçamento Participativo em Municípios Paulistas, 2002.

No período 1997 a 2000, 23 municípios do estado de São Paulo tiveram Orçamento Participativo. Foram eles:

Americana, Bernardino de Campos, Caçapava, Catanduva, Franca, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Jaboticabal, Leme, Lins, Matão, Mauá, Moji-Mirim, Ourinhos, Peruíbe, Piedade, Presidente Prudente, Ribeirão Pires, Rio Claro, Santa Bárbara d'Oeste, Santo André, Ubatuba e Vinhedo.

Em 11 desses municípios não houve continuidade do OP entre os anos 2001 a 2004, mas em 12 municípios (52,6%) houve. Foram eles:

Bernardino de Campos, Catanduva, Franca, Guarulhos, Jaboticabal, Lins, Mauá, Moji-Mirim, Ribeirão Pires, Rio Claro, Santo André e Vinhedo.

Por outro lado, 28 municípios iniciaram o OP no período 2001 a 2004:

Amparo, Araraquara, Avaré, Batatais, Bebedouro, Caieiras, Campinas, Diadema, Embu das Artes, Ilha Solteira, Iracemápolis, Irapuã, Jacareí, Jandira, Olímpia, Paranapuã, Piracicaba, Presidente Venceslau, Ribeirão Corrente, Ribeirão Preto, Rincão, Rio Grande da Serra, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São José do Rio Preto, São Paulo, Sumaré e Votorantim.

Houve um crescimento do número de cidades com OP entre 2001 a 2004 em relação a 1997 a 2000, pois se passou de 23 para 40 municípios com essa forma de participação popular.

Em relação aos partidos dos prefeitos, os que mais realizaram o Orçamento Participativo no período de 1997 a 2000 foram o PT e o PSDB, em oito prefeituras cada um deles. Os demais foram, o PDT (2 prefeituras), o PRP (2), o PSB (1), o PV (1) e o PMDB (1).

Nos doze municípios onde o OP foi mantido depois de 2001, o PT era o partido do prefeito em seis deles (50%), marcando a continuidade da gestão anterior. Outros quatro também foram governados pelo mesmo partido: PSDB (2), PV (1) e PSB (1). Em relação à manutenção do partido do prefeito houve duas exceções: um governado pelo PDT e depois pelo PT e outro pelo PSDB e depois pelo PDT.

No período 2001 a 2004, em 28 dos 40 municípios (70%), o partido do prefeito na prefeitura é o PT. Os demais são o PSB (em 4 prefeituras), PSDB (3), PPS (2), PMDB (1), PDT (1) e o PV (1). A partir de 2001, se torna nítido que os municípios com OP são predominantemente do PT.

Tabela 1: Partido político do prefeito dos municípios com OP em 1997 e 2001

Municípios com OP	Partido do Prefeito em 1997	Partido do Prefeito 2001
Americana	PDT	PDT
Amparo		PT
Araraquara		PT
Avaré		PSB

Batatais		PT
Bebedouro		PT
Bernardino de Campos	PSDB	PSDB
Caçapava	PT	PMDB
Caieiras		PSB
Campinas		PT
Catanduva		PT
Diadema		PT
Embu das Artes		PT
Franca	PT	PT
Guarulhos	PDT	PT
Ilha Solteira		PSDB
Iracemápolis		PT
Irapuã		PT
Itapeçerica da Serra	PSDB	PSDB
Jaboticabal	PT	PT
Jacareí		PT
Jandira		PT
Leme	PSDB	PFL
Lins	PT	PT
Matão	PT	PMDB
Mauá	PT	PT
Moji-Mirim	PSB	PSB
Olímpia		PMDB
Ourinhos	PMDB	PTB
Paranapuã		PSB
Peruíbe	PSDB	PL
Piedade	PSDB	PMDB
Piracicaba		PT
Presidente Prudente	PSDB	PTB
Pres. Venceslau		PT
Ribeirão Corrente		PT
Ribeirão Pires	PT	PT
Ribeirão Preto		PT
Rincão		PT
Rio Claro	PV	PV
Rio Grande da Serra		PT
Santa Bárbara d'Oeste	PRP	PMDB
Santa Cruz do Rio Pardo		PSDB
Santo André	PT	PT
São Carlos		PT
São José do Rio Preto		PPS
São Paulo		PT
Sumaré		PPS
Ubatuba	PRP	PFL
Vinhedo	PSDB	PSDB
Votorantim	PSDB	PDT

O crescimento do número de cidades com OP em 2004 significou um aumento do número de pessoas, no estado de São Paulo, habitando municípios que ofereciam essa forma de participação popular. Entre 1997 - 2000 foram 4.664.296 pessoas e entre 2001 - 2004 foram 18.326.686. Esse crescimento de mais de quatro vezes o tamanho da população em municípios com OP deveu-se ao início do OP no município de São Paulo que tem cerca de 10 milhões e 600 mil habitantes. No entanto, mesmo sem ele, a população envolvida seria de 7.649.669, quase três milhões a mais do que em 2000.

A maioria dos municípios que teve OP entre 1997 e 2000 foi formada por cidades média-grandes³ (11) e grandes⁴ (8). Não houve OP em nenhum município no qual a população fosse pequena⁵ e apenas um em uma cidade pequena/média⁶. Por outro lado, foi realizado em duas cidades muito grandes (com mais de 1 milhão de habitantes).

Entre 2001 e 2004, o OP foi realizado, em sua maioria, em cidades cujo tamanho da população variou entre média e muito grande (30 em 35 municípios). Por outro lado, houve um avanço com o OP sendo realizado em três pequenas e duas pequenas-médias quando no período anterior só foi realizado em uma cidade de pequena-média.

Tabela 2: Tamanho da população X nº de municípios com OP (1997-2000)

Tamanho Da população	Número de municípios OP 1997-2000
Pequena	-
Pequena/Média	1
Média	-
Média/Grande	11
Grande	8
Muito Grande	2
Total	22

Avanços e dificuldades no período de 2001-2004

A partir das entrevistas realizadas por telefone, em outubro de 2004, com os coordenadores do OP de 24 municípios, no período 2001 a 2004, apresentamos as questões que os entrevistados mencionaram. Muitas delas são questões comuns, citadas por vários deles, em alguns casos como uma dificuldade e, em outras, como um avanço.

Entre essas questões destacou-se *o crescimento da população que participa do processo do OP*, citada por cinco entrevistados como um avanço, *quando cresce*, ou um problema, *quando o crescimento é reduzido*, mencionado por sete entrevistados. A redução da população presente nas plenárias foi um dos problemas mais citados, por ser, talvez, um

³ Entre 50 e 100 mil habitantes.

⁴ Entre 100 e 500 mil habitantes.

⁵ Até 10 mil habitantes.

⁶ Entre 10 e 20 mil habitantes.

dos indícios mais visíveis de que o processo não está alcançando um de seus objetivos que é o de uma sociedade mais participativa.

Outra questão bastante citada foi a *execução da maior parte das demandas* por parte do governo que quando possível foi considerada um avanço (por cinco entrevistados) e uma dificuldade (por outros quatro). Nesse caso, a dificuldade relaciona-se com uma distância entre as decisões dos conselheiros e a capacidade do governo em atendê-las. Essa questão pode estar relacionada a uma outra que é um *melhor entendimento da administração pública por parte dos conselheiros da sociedade civil*, apontada como um avanço por três entrevistados e como um problema por um. Um bom exemplo desse avanço foi o mencionado em relação ao processo de efetivação das demandas por obras públicas. Esse é o tipo de demanda que para ser atendida depende de um processo: terreno disponível, elaboração do projeto, licitação, etc, processo que dificilmente pode ser executado no decorrer de um ano. Há o caso de um município onde a população demanda a *aquisição do terreno* em um ano e no ano seguinte, a *licitação*.

Outra questão relacionada à *execução da maior parte das demandas* poderia ser a *capacidade da prefeitura ter informações* para discutir as demandas com os representantes da sociedade civil. Essa questão aparece como um problema para dois entrevistados que apontam que, nem sempre, as prefeituras têm todos os dados necessários para prever o custo monetário de uma demanda.

Outra questão citada (por quatro entrevistados) foi o *envolvimento de todo o governo com o OP* citada como um avanço (por dois entrevistados) e um problema (pelos outros dois). Também citada por quatro entrevistados foi a *legitimidade e a credibilidade conquistadas pelo governo* junto à população com o processo do OP.

Outro avanço mencionado foi a *renovação das lideranças na cidade* contraposto a um tipo de liderança *viciada no clientelismo*, mencionado por dois entrevistados.

Os demais avanços citados por até três entrevistados, mas que poderiam ser considerados como avanços por alguns dos demais municípios foram:

- *uma maior transparência do orçamento público;*
- *a discussão de todo o orçamento;*
- *a distinção, por parte dos conselheiros, entre o que é do governo municipal, do estadual e do federal, da Câmara de Vereadores e do OP;*
- *o envolvimento de segmentos sociais tradicionalmente excluídos;*
- *a maior organização da sociedade civil*
- *a renovação das lideranças na cidade;*
- *o crescimento da solidariedade entre os cidadãos.*

Por outro lado, os problemas citados por até três entrevistados, mas que, talvez, sejam questões para outros também foram:

- *a comunicação com a população;*
- *a falta de recursos para investimento no orçamento;*
- *a relação entre os conselheiros da sociedade civil e do governo no Conselho;*
- *a combinação do orçamento anual com o planejamento de longo prazo.*

Por fim, problemas citados por municípios pequenos ou que não são predominantemente urbanos foram *a inadequação das metodologias mais conhecidas do OP para cidades pequenas* e *a necessidade de estender o OP para a zona rural*.

2. Indicações para enfrentar os desafios da nova conjuntura de 2005

A democracia brasileira é nova e os elementos trazidos pela experiência do orçamento participativo são muito recentes. Entende-se que ele pode ser uma ferramenta de inclusão da sociedade capaz de despertar a cidadania. No entanto, avaliando estes quatro anos de gestão municipal (2001-2004), é importante refletir sobre algumas questões a fim de superar os desafios colocados ao longo destes anos. Durante o seminário “Repensando o OP IV – Balanço político e desafios de continuidade” foram colocadas algumas questões que reproduzimos abaixo a fim de nos ajudar a enfrentar os desafios colocados a partir da nova conjuntura política de 2005. As “indicações” e “os desafios para a continuidade do OP em 2005” são uma compilação das principais idéias surgidas durante este seminário, como já indicamos no início deste texto, pode haver idéias contraditórias.

Indicações:

- A sociedade civil tem que ser forte para entrar na disputa entre o Executivo e o Legislativo na definição da peça orçamentária, exigindo participação efetiva.
- A sociedade civil é muito anti-democrática, sempre coloca a culpa no governo. É necessário democratizar todos os espaços – ongs, movimento sindical, movimento estudantil e outros, bem como democratizar nossas relações, respeitando os diferentes interesses presentes na sociedade.
- A organização da sociedade acaba sendo pautada apenas pela existência de carência nos lugares.
- A setorialização do Estado dificulta a organização e a democratização da sociedade civil. Há um confronto entre a organização dos movimentos a partir das suas necessidades e o Estado setorializado.
- A sociedade civil tem que construir sua autonomia. Por exemplo, ninguém tem que perguntar se pode haver reunião sem o governo.
- A tendência do Estado é a concentração de poder e o papel da sociedade civil, neste caso, é pressionar por sua democratização.
- A garantia da participação popular na formulação do orçamento, para além do grupo que está no governo, é um dos desafios para a conjuntura de 2005. A garantia da permanência da discussão sobre o orçamento pode estar ligada ao acompanhamento do plano plurianual (PPA).

Desafios para a continuidade do OP:

- Como fazer a formação para a cidadania para além do que já temos, no sentido de criarmos uma outra forma de ver o Estado?
- Como aprofundar e transformar o OP como espaço efetivo de fortalecimento da cidadania?
- Como reverter a pouca adesão do Executivo ao OP?
- Que relação deve se estabelecer com a Câmara Municipal?

- É necessário refletir se o OP não atravessou processos participativos já existentes na cidade, ele deve estar apoiado nos espaços antigos como nos fóruns, conselhos e movimentos populares.
- Como fazer para que o OP seja entendido como um espaço para mudar a forma como as pessoas se relacionam com a cidade?
- Como garantir a participação na elaboração do orçamento e a transparência das suas informações?
- O OP deve virar lei?
- Como construir a participação no OP de baixo para cima?
- Os meios de comunicação não noticiam o OP ou apenas divulgam os fatos ruins a seu respeito. Como a sociedade civil organizada se apropria dos instrumentos de divulgação das notícias?
- A não implementação das prioridades desmotiva a participação.
- Quando as prioridades aprovadas pelo OP não são implementadas pelo governo, há uma desmotivação da participação popular. Como reverter esse processo?
- Há grupos dentro do governo que só estão preocupados com a vitória das eleições. Como incorporar estes grupos no debate sobre o planejamento da cidade, a médio e longo prazo, pretendido no OP?
- O OP deve ser entendido como o planejamento da cidade. Como articular o debate dos planos diretores com o processo participativo?
- Que processo de participação estamos realizando? Ela não está sendo elitizada?
- Reivindicar e co-gerir são duas lógicas distintas que atravessam o OP.
- Enfrentar o paradoxo que envolve a relação entre o planejamento do governo e a participação da população na definição das prioridades dos gastos públicos. O planejamento não pode ser muito hermético, sob pena de impedir a participação popular na gestão pública.
- Criar instrumentos jurídicos que possam pressionar para a continuidade do OP.
- A lei de diretrizes orçamentárias pode ser um instrumento que garanta a permanência do OP.
- Reforçar a participação nos conselhos para fazer manifestação junto à Câmara Municipal na aprovação das etapas do orçamento (LDO, LOA, PPA).
- A legitimidade e a representatividade dos conselheiros podem garantir a continuidade e o fortalecimento do OP ou será necessária a sua institucionalização?

Questões para debate:

A seguir, organizamos algumas questões suscitadas durante o seminário *Repensando o OP IV – Balanço político e desafios de continuidade* (novembro/2004). Há pontos de conflito entre elas, mas a intenção é contribuir para discussões sobre o tema da participação, que está longe de ser um consenso.

- Como o OP vai se articular com os conselhos de planejamento e gestão (definidos no Estatuto da Cidade) e os demais conselhos? A sobreposição entre estes espaços pode contribuir tanto para sua inoperância quanto para o reforço à possibilidade de cooptação dos conselhos
- O OP compartilha poder, mas poder de quem? Quem tem responsabilidade fiscal sobre o orçamento? O conselho do OP não pode ser autônomo e discutir 100% do

orçamento, sem o governo, já que a responsabilidade sobre o orçamento é dele. A autonomia deve estar na organização da sociedade civil e o Estado deve ser forte e dialogar com ela, conduzindo o espaço de compartilhamento. Devemos tratar com responsabilidade as instituições construídas no país após a Constituição de 1988.

- As razões financeiras estão na base de muitas das dificuldades enfrentadas pelos OPs, aliás um tema recorrente nos seminários “Repensando o OP”. O OP deve discutir as receitas e as despesas. Ele é o espaço para a população saber quais são as dificuldades financeiras do Estado e saber como usar bem os poucos recursos que tem, já que ele está em crise e não dá conta das demandas que tem.
- A idéia não é deliberar sobre 100%. Há a necessidade de saber opinar sobre a LDO, o PPA, a política fiscal, mas deliberar sobre o que cabe ao OP, ou seja, o plano de investimentos.
- O OP é conveniente do ponto de vista político no contexto da carência de recursos, pois a partir dele há otimização da máquina pública.
- Qual o grau de independência desejável entre sociedade civil e governo no OP?
- Autonomia para quê? O governo tem um plano e nem sempre ele vai ao encontro aos anseios da sociedade civil. A autonomia da sociedade civil independe do plano de governo.
- E o rural no OP? Quem, ou onde se faz a discussão do potencial agrícola da cidade? O OP deve continuar para incorporar esta questão.
- Embora o OP seja também uma conquista da sociedade civil organizada, ele é uma atividade consentida pelo governo e se consolidou como uma das marcas dos programas de governo do PT. Os outros e novos governos, eleitos para o período de 2005-2008, podem não querer desenvolvê-lo.

TABELAS ANEXAS

MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM O OP

Municípios	1997-2000	2001-2004	até fim 2004
Americana	X	-	-
Amparo	-	X	X
Araraquara	-	X	X
Avaré	-	X	s.i.
Batatais	-	X	-
Bebedouro	-	X	s.i.
Bernardino de Campos	X	-	-
Caçapava0	X	-	-
Caieiras	-	X	X
Campinas	-	X	X
Catanduva	X	X	s.i.
Diadema	-	X	X
Embu das Artes	-	X	X
Franca	X	X	X
Guarulhos	X	X	X
Ilha Solteira	-	X	-
Iracemápolis	-	X	-
Irapuã	-	X	X
Itapeçerica da Serra	X	-	X
Jaboticabal	X	-	s.i.
Jacareí	-	X	X
Jandira	-	X	-
Leme	X	-	-
Lins	X	X	s.i.
Matão	X	-	-
Mauá	X	X	X
Moji-Mirim	X	-	-
Olímpia	-	X	-
Ourinhos	X	-	-
Paranapuã	-	X	s.i.
Peruíbe	X	-	-
Piedade	X	-	-
Piracicaba	-	X	X
Presidente Prudente	X	-	-
Presidente Venceslau	-	X	-
Ribeirão Corrente	-	X	s.i.
Ribeirão Pires	X	X	X
Ribeirão Preto	-	X	X
Rincão	-	X	X
Rio Claro	X	-	s.i.
Rio Grande da Serra	-	X	s.i.
Santa Bárbara d'Oeste	X	-	-

Santa Cruz do Rio Pardo	-	X	s.i.
Santo André	X	X	X
São Carlos	-	X	X
São José do Rio Preto	-	X	X
São Paulo	-	X	X
Sumaré	-	X	s.i.
Ubatuba	X	-	-
Vinhedo	X	-	-
Votorantim			

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS

Municípios OP 1997-2000	Tamanho da população	Municípios OP 2001-2004	2001-2004
Bernardino de Campos	P/M	Amparo	M/G
Caçapava	M/G	Araraquara	G
Franca	G	Avaré	M/G
Guarulhos	GG	Batatais	M/G
Itapecerica da Serra	G	Bebedouro	M/G
Lins	M/G	Caieiras	M/G
Matão	M/G	Campinas	GG
Mauá	G	Catanduva	G
Moji-Mirim	M/G	Diadema	G
Ourinhos	M/G	Embu das Artes	G
Peruíbe	M/G	Franca	G
Piedade	M/G	Guarulhos	GG
Presidente Prudente	G	Ilha Solteira	M
Ribeirão Pires	G	Iracemápolis	P/M
Rio Claro	G	Irapuã	P
Santo André	GG	Jaboticabal	M/G
Ubatuba	M/G	Jacareí	G
Vinhedo	M/G	Jandira	G
		Lins	M/G
		Mauá	G
		Olímpia	M
		Paranapuã	P
		Piracicaba	G
		Presidente Venceslau	M
		Ribeirão Corrente	P
		Ribeirão Pires	G
		Ribeirão Preto	GG
		Rincão	P/M
		Rio Grande da Serra	M
		Santa Cruz do Rio Pardo	M
		Santo André	GG
		São Carlos	G

	São José do Rio Preto	G
	São Paulo	GG
	Sumaré	G

PARTIDO DO PREFEITO NOS MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM O OP EM 1997-2000.

Municípios	1997-2000
Americana	PDT
Bernardino de Campos	PSDB
Caçapava	PT
Franca	PT
Guarulhos	PDT
Itapeçerica da Serra	PSDB
Jaboticabal	PT
Leme	PSDB
Lins	PT
Matão	PT
Mauá	PT
Moji-Mirim	PSB
Ourinhos	PMDB
Peruíbe	PSDB
Piedade	PSDB
Presidente Prudente	PSDB
Ribeirão Pires	PT
Rio Claro	PV
Santa Bárbara d'Oeste	PRP
Santo André	PT
Ubatuba	PRP
Vinhedo	PSDB

PARTIDO DO PREFEITO NOS MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM O OP EM 2001-2004

Municípios	2001-2004
Amparo	PT
Araraquara	PT
Avaré	PSB
Batatais	PT
Bebedouro	PT
Caieiras	PSB
Campinas	PT
Catanduva	PT
Diadema	PT
Embu das Artes	PT

Franca	PT
Guarulhos	PT
Ilha Solteira	PSDB
Iracemápolis	PT
Irapuã	PT
Jaboticabal	PT
Jacareí	PT
Jandira	PT
Lins	PT
Mauá	PT
Olímpia	PMDB
Paranapuã	PSB
Piracicaba	PT
Presidente Venceslau	PT
Ribeirão Corrente	PT
Ribeirão Pires	PT
Ribeirão Preto	PT
Rincão	PT
Rio Grande da Serra	PT
Santa Cruz do Rio Pardo	PSDB
Santo André	PT
São Carlos	PT
São José do Rio Preto	PPS
São Paulo	PT
Sumaré	PPS

AVANÇOS E DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DO OP (2004)

QUESTÕES CITADAS	AVANÇOS	DIFICULDADES
Solidariedade entre os cidadãos	Araraquara	
Compreensão do conjunto das demandas do município	Araraquara	
População mais informada	Rincão	
Organização da sociedade civil	Araraquara Jandira Sto André	
Envolvimento de segmentos sociais tradicionalmente excluídos	Campinas São Carlos São Paulo	
Crescimento da população que participa do OP	Amparo Diadema Embu Guarulhos Rib. Pires	Araraquara Diadema Iracemápolis Irapuã P. Venceslau São Carlos S.J.R. Preto
Envolvimento dos conselheiros com seus bairros	Diadema Sto André	

Compreensão do processo pelos conselheiros ou Entender o funcionamento da administração pública	Rib. Preto Sto André	Caieiras
Capacidade para debater os investimentos da prefeitura	Campinas Sto André São Paulo	
Transparência do orçamento público	Guarulhos S. José Rio Preto	
Discussão de todo o orçamento		Santo André
Relação do OP com outros conselhos		Araraquara
Distinção entre o que é da Câmara e o que é do OP	Jandira Santo André	Jandira
Distinção entre o que é do governo municipal e de outros níveis de governo	Santo André	
Precisão das demandas	Santo André	Guarulhos
Extensão do OP para a zona rural	P. Venceslau	
Execução da maior parte das demandas	Caieiras Diadema Jandira Ribeirão Pires São Carlos	Campinas Franca Ribeirão Preto P. Venceslau
O OP norteia as políticas públicas do governo	Caieiras Diadema	Campinas S.J.R. Preto
Legitimidade e credibilidade do governo	Guarulhos São Carlos S.J.R. Preto Santo André	
Governos que apoiem o OP		Jandira São Paulo
Comunicação com a população		Araraquara São Carlos
Produção de informações pela prefeitura		Guarulhos Santo André
Recursos no orçamento		
Ampliar o ritmo do retorno das demandas		
Combinar o orçamento anual com o orçamento de longo prazo		Guarulhos
Trabalho descentralizado com as Comissões Regionais de Orçamento		Guarulhos
Relação entre conselheiros da sociedade civil e do governo no Conselho		Franca Santo André
Inadequação da metodologia do OP para cidades pequenas		Batatais Caieiras